



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013024-73.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR**
 Requerente: **Aparecido Antonio de Oliveira Moita**
 Requerido: **Marcos Aurelio Gonçalves Moveis - Me e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Em réplica, fls. 113, o autor reduziu o seu pedido ao teto do juizado especial cível (R\$ 35.200,00 na propositura da ação), o que atrai a competência deste último e será observado pelo juízo no presente julgamento.

A preliminar de prescrição não deve ser aceita porque o termo inicial de contagem suposto pelos réus está incorreto. Considerado o princípio da actio nata, somente se fala em prescrição a partir do momento em que efetivamente ficar caracterizada a violação ao direito. No presente caso, emerge dos autos que a violação ao direito do autor, com o inadimplemento absoluto, ocorreu quando Marco Aurelio Gonçalves fechou sua loja, no início de 2016, deixando claro que não haveria a prestação contratual que lhe cabia. Admitido esse fato como termo inicial do prazo de prescrição, esta efetivamente não se operou.

No mais, a ré Kit's Paraná Indústria e Comércio de Móveis Ltda é solidariamente responsável com o réu Marco Aurelio Gonçalves Móveis ME, eis que existe relação de consumo e, entre os dois réus, uma parceria (inclusive com o nome e a logomarca Inusittá mencionada no contrato, fls. 13/16, e em outros documentos, fls. 17/35), ambos integrando a cadeia de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

fornecimento relativa ao serviço em discussão. Aplicação dos arts. 7º, parágrafo único, 18, caput, e 25, § 1º, todos do Código de Defesa do Consumidor.

Na perspectiva do direito consumerista, não tem relevância a tentativa da ré – inclusive por testemunha ouvida via precatória, mídia de fls. 200 – tentar qualificar a sua relação com os lojistas como estritamente mercantil. A relação com os lojistas pode ser mercantil, mas a sua responsabilidade, perante o consumidor, é solidária, pelas razões expostas acima. A simples afirmação de sua preposta no sentido de que não haveria a parceria entre a empresa e lojistas cede, seja por regras de experiência, seja pelo uso ostensivo da marca, pelo corréu, sem qualquer impugnação (até esta data) por parte da corré.

Ingressando no mérito, está comprovada a falha na prestação dos serviços, acarretando a obrigação solidária dos réus de restituir o montante desembolsado pelos autores e indenizar por eventuais outros danos, sejam eles materiais ou morais, nos termos dos arts. 6º, VI, 18 e 20 do Código de Defesa do Consumidor.

Incontroverso que o serviço não foi prestado, e os móveis não foram entregues. Os réus não trouxeram prova capaz de justificar a falha ou afastar, nesse respeito, a sua responsabilidade.

Ao contrário. A esposa do autor, ouvida como informante às fls. 176/177, e a testemunha Roseleia Aparecida Cabrobo, fls. 178/179, comprovam que após determinado momento o réu Marco Aurelio Gonçalves Móveis ME simplesmente fechou suas portas, além de, a partir daí, criar evidentes obstáculos nas tentativas de contato feitas pelos clientes – nesse sentido, inclusive, vejam-se os impressos de conversa pelo WhatsApp, fls. 40.

Não houve qualquer contraprestação.

Serão os réus condenados, pois, à obrigação de restituir ao autor os montantes por este efetivamente desembolsados. Como foi controvertida a compensação de todos os cheques, deverá o autor, em cumprimento de sentença, instruir seu pedido com a prova da compensação de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

cada cheque.

Quanto aos danos morais, reputo-os presentes na hipótese em tela.

O dano moral é bem entendido como o dano extrapatrimonial, isto é, a lesão a interesse não diretamente suscetível de avaliação econômica (GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Responsabilidade Civil. 1ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 55; DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 19ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 84; GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 8ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2013. p. 359).

Todavia, não basta a lesão a bem jurídico não patrimonial.

O dano moral é a dor física ou moral que pode ou não constituir efeito dessa lesão. Concordamos, aqui, com o ilustre doutrinador YUSSEF CAHALI: “dano moral, portanto, é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Seja dor física – dor-sensação, como a denomina Carpenter – nascida de uma lesão material; seja a dor moral – dor-sentimento, de causa imaterial.” (in Dano moral. 4ª Edição. RT. São Paulo: 2011. pp. 28).

A distinção entre a simples lesão ao direito não patrimonial e o dano moral como efeito accidental e não necessário daquela é importantíssima. Explica, em realidade, porque o aborrecimento ou desconforto - ainda que tenha havido alguma lesão a direito da personalidade - não caracteriza dano moral caso não se identifique, segundo parâmetros de razoabilidade e considerado o homem médio, dor física ou dor moral.

O critério é seguido pela jurisprudência, segundo a qual somente configura dano moral “aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige” (STJ, REsp 215.666/RJ, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, j. 21/06/2001).

No presente caso, ainda que num primeiro momento se pudesse considerar a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

hipótese como de simples desconforto em razão de inadimplemento contratual, não é o caso.

Trata-se de inadimplemento qualificado pelo desrespeito contundente ao consumidor. Ao longo de anos o autor foi exposto a um tratamento inadmissível, sofrendo a protelação, por parte do fornecedor, e não recebendo a prestação de serviço que garantia maior dignidade em sua moradia. No final das contas, foi ainda surpreendido com a conduta extremamente grave do réu Marco Aurelio Gonçalves Móveis ME de furtar-se aos contatos do autor e, em seguida, subitamente fechar as portas.

Sabe-se que a prova do dano moral, porém, não se faz rigorosamente pelos mesmos meios em que se prova o dano material. O que se exige é a prova da ofensa. Uma vez comprovada esta, deve o magistrado, à luz da violação ocorrida e das circunstâncias concretas, observando as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece (art. 335, CPC), avaliar se houve dano moral, adotando como parâmetro o homem médio.

Nesse sentido, vem à baila a lição de SERGIO CAVALIERI FILHO:

“(...) Entendemos, todavia, que por se tratar de algo imaterial ou ideal a prova do dano moral não pode ser feita através dos mesmos meios utilizados para a comprovação da dano material. Seria uma demasia, algo até impossível, exigir que a vítima comprove a dor, a tristeza ou a humilhação através de depoimentos, documentos ou perícia; não teria ela como demonstrar o descrédito, o repúdio ou o desprestígio através dos meios probatórios tradicionais, o que acabaria por ensejar o retorno à fase da irreparabilidade do dano moral em razão de fatores instrumentais.

Neste ponto a razão está ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras de experiência comum. (...)”

(in Programa de Responsabilidade Civil, 6ª Ed., Malheiros. São Paulo: 2006. pp. 108)

Pelas razões expostas anteriormente, há dano moral no presente caso.

Outra questão diz respeito ao valor da indenização, caso identificado o dano moral. A dificuldade está em se mensurar a indenização, pois a régua que mede o dano não é a mesma que mede a indenização. Se o dano é material, o patrimônio e sua variação constituem parâmetros objetivos para a indenização¹. Há equivalência lógica entre o dano e a indenização, porque ambos são conversíveis em pecúnia. Isso não se dá, porém, em relação ao dano moral. Por sua natureza, inexistem parâmetros para se medir, em pecúnia, a extensão do dano não patrimonial.

Isso significa que um pagamento em dinheiro jamais reparará o dano moral, vez que a dignidade aviltada pela lesão não é restituída, com qualquer pagamento, à situação existente antes do dano.

Tal circunstância bem explica a impossibilidade de se arbitrar, de modo objetivo, o valor da indenização, com base na extensão do dano. Com efeito, é teoricamente possível, embora não sem esforço, graduar as lesões a direitos da personalidade, ao menos a título comparativo, podendo-se definir, de caso concreto em caso concreto, segundo critérios de razoabilidade, níveis de intensidade da lesão. Mas da graduação do dano não se passa, objetivamente, à gradação da

¹ No caso do dano emergente, paga-se o montante estimado para o restabelecimento do patrimônio anterior, que foi diminuído. No caso dos lucros cessantes, paga-se valor estimado com base na expectativa razoável de acréscimo patrimonial, que foi obstado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

indenização, que se dá em pecúnia. O problema não é resolvido. Por esse motivo, tem-se a inaplicabilidade, ao menos total, da regra do art. 944 do CC, segundo a qual “a indenização mede-se [apenas] pela extensão do dano”.

A indenização deve levar em conta o papel que desempenha. Em realidade, a indenização exerce função diversa, no dano moral, daquela desempenhada no dano material. A função é compensatória, ao invés de reparatória. A indenização corresponde a um bem, feito ao lesado, no intuito de compensá-lo pela lesão imaterial sofrida, como um lenitivo, uma satisfação que servirá como consolo pela ofensa cometida.

Às vezes, esse propósito compensatório pode ser promovido por intermédio de punição: a indenização – dependendo de seu valor – é vista como retribuição ao ofensor pelo mal por ele causado, o que pode trazer para a vítima alguma paz de espírito.

Mas a punição é função secundária, e não autoriza indenizações em patamar extraordinário como as verificadas em outros ordenamentos jurídicos, mormente no norte-americano por intermédio dos punitive damages.

Nosso sistema jurídico não prevê essa figura, consoante lição do STJ: “(...) A aplicação irrestrita das punitive damages encontra óbice regulador no ordenamento jurídico pátrio que, anteriormente à entrada do Código Civil de 2002, vedava o enriquecimento sem causa como princípio informador do direito e após a novel codificação civilista, passou a prescrevê-la expressamente, mais especificamente, no art. 884 do Código Civil de 2002.” (AgRg no Ag 850.273/BA, Rel. Min. Des. Convocado HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO do TJ/AP, 4ªT, j. 03/08/2010).

Com os olhos voltados à função compensatória, a doutrina e a jurisprudência traçaram as principais circunstâncias a serem consideradas para o arbitramento do dano moral, sendo elas (a) a extensão do dano, isto é, da dor física ou psíquica experimentada pela vítima (b) o grau de culpabilidade do agente causador do dano (c) a eventual culpa concorrente da vítima,

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

como fator que reduz o montante indenizatório (d) as condições pessoais da vítima (posição política, social e econômica).

Há quem ainda proponha a condição econômica do ofensor, referida na fundamentação de muitos precedentes. Todavia, tal elemento deve ser bem compreendido, à luz das soluções que os precedentes tem apresentado nos inúmeros casos postos à apreciação judicial. Com efeito, a jurisprudência preocupa-se muito com a questão do enriquecimento indevido, o que serve de argumento contrário à fixação de valores indenizatórios altíssimos com base na robusta condição do ofensor. Temos observado que, na realidade, a condição econômica é considerada, mas especial e essencialmente nos casos de ofensores de modestas posses ou rendas, para reduzir equitativamente a indenização, evitando a ruína financeira.

No presente caso, considerado o longo tempo pelo qual o autor foi submetido a transtorno, a impotência que lhe foi imposta para solucionar o caso administrativamente, o efetivo sofrimento psíquico que veio a experimentar – conforme depoimento de sua esposa, fls. 176/177 -, a indenização será arbitrada em R\$ 5.000,00, que é o montante postulado.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para condenar os réus solidariamente a pagarem ao autor (a) o valor correspondente a cada cheque listado às fls. 14 e que tenha sido efetivamente compensado de acordo com prova documental que o autor terá que apresentar por ocasião do pedido de cumprimento de sentença, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde a data de cada compensação bancária, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação (b) R\$ 5.000,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde a data da presente sentença, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Caso a somatória dos itens "a" e "b" acima supere, no dia da propositura da ação, a quantia de R\$ 35.200,00, a condenação passa a ser nesse valor, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde a data da propositura da ação, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, no primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 27 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**